

A globalização e o futuro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP: o potencial do bloco como estratégia de defesa para o Brasil

*Globalization and the future of the Community of Portuguese Language Countries
– CPLP: the potential of the block as a defense strategy for Brazil*

Resumo: Ao longo dos anos, o Brasil vem estreitando o relacionamento com os países-membros da Comunidade, conforme preconizado em nossa Política Nacional de Defesa (PND). O referido trabalho analisou, diante da atual conjuntura internacional globalizada, pós-Guerra Fria, em que medida a CPLP apresenta-se como bloco em potencial para contribuir para a consecução dos Objetivos Nacionais de Defesa – OND mencionados na Estratégia Nacional de Defesa (END). A metodologia utilizada constituiu-se de elementos descritivos de artigos da internet; de documentos condicionantes de defesa; de palestra; e da pesquisa bibliográfica realizada na Escola Superior de Guerra-ESG. Inicialmente, abordou-se a globalização e sua influência sobre o bloco. Posteriormente, resgatou-se o histórico da Comunidade; os aspectos importantes do universo marítimo da CPLP, os Acordos de Cooperação, principalmente no âmbito da Defesa, sem, contudo, considerar aspectos econômicos ou de mobilização relativos a exercícios militares realizados entre as Forças Armadas do bloco. Por fim, foram descritos e confrontados os possíveis OND diretamente alinhados com o interesse estratégico brasileiro para com a CPLP. A conclusão indica que a CPLP configurar-se como excelente plataforma de Estratégia de Defesa para o Brasil.

Palavras-chave: CPLP. Globalização. Estratégia de Defesa.

Abstract: Over the years, Brazil has been tightening its relationship with the member countries of the Community, as recommended in our National Defense Policy (PND). This work analyzed, in the light of the current post-Cold War international conjuncture, the extent to which the CPLP presents itself as a potential block to contribute to the achievement of the National Defense Objectives (OND) mentioned in the National Defense Strategy (END). The methodology used consisted of descriptive elements of internet articles; conditional documents of defense; lecture; and the bibliographic research carried out at the National Defense College-ESG. Initially, it addressed globalization and its influence on the block. Subsequently, the history of the Community was rescued; the important aspects of the maritime universe of the CPLP, the Cooperation Agreements, mainly in the Defense Area, without considering economic or mobilization aspects related to military exercises carried out between the Armed Forces of the block. And finally, possible direct aligned ONDs were described and confronted with the brazilian strategic interest with the CPLP. The conclusion indicates that the CPLP is configured as an excellent Defense Strategy platform for Brazil.

Keywords: CPLP. Globalization. Defense Strategy.

Flávio de Jesus Costa

Marinha do Brasil.

Vila Nova de Gaia, Porto, Portugal.

f.jcosta@hotmail.com

Recebido em: 11 jan. 2019

Aprovado em: 12 jun. 2019

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 Introdução

Em 2019, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP completa vinte e três anos de existência. E o Brasil, como grande protagonista no seio da Comunidade, procura valer-se de sua atuação político-diplomática e de seu senso de cooperação mútua, a fim de estreitar o relacionamento com os países-membros do bloco cada vez mais, em consonância com o que preconiza nossa PND, o que também pode fazer da Comunidade mais uma plataforma estratégica de interesse nacional.

Nesse sentido, o trabalho em lide pretende analisar, diante da atual conjuntura internacional globalizada, em que medida a CPLP apresenta-se como bloco em potencial para contribuir para a consecução dos OND mencionados na END.

Assim sendo, buscar-se-á: a) na seção dois, descrever o fenômeno da globalização e sua influência sobre os países do bloco; resgatar o histórico da CPLP e a evolução da Comunidade até os dias atuais, além de evidenciar a sua importância estratégica para o Brasil; identificar o universo marítimo da CPLP, com destaque para o Atlântico Sul, e a influência da República Popular da China (RPC) nos oceanos que banham a Comunidade; e b) na seção três, detalhar os Acordos de Cooperação e as ações decorrentes, principalmente no âmbito da Defesa, entre o Brasil e os países-membros, e verificar a atuação do Brasil no seio da Comunidade, com especial atenção para esse Setor; identificar a CPLP como estratégia de defesa para o Brasil, por meio da descrição dos possíveis OND, mencionados na END, e que estejam diretamente alinhados com o interesse estratégico brasileiro para com a Comunidade, a fim de se verificar o potencial do bloco para a consecução desses objetivos, acompanhado de respectiva análise. Na seção quatro, por fim, será feita uma conclusão.

O estudo em si irá abordar o âmbito das relações internacionais pós-Guerra Fria; a atuação brasileira no seio da CPLP; e os reflexos dos Acordos de Cooperação hoje existentes, principalmente no âmbito da Defesa, entre o Brasil e os demais países-membros do bloco, mais especificamente os afetos à Marinha do Brasil (MB), haja vista o grande mar que engloba todos os países da CPLP (Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico), mas sem, contudo, deixar de fazer a devida menção, mesmo que de forma superficial, aos demais Acordos e seus possíveis reflexos de interesse estratégico para o Brasil. Cabe aqui lembrar também que, neste trabalho, não serão abordados aspectos de natureza econômica, mobilização, ou de custos relativos a exercícios militares realizados entre as Forças Armadas dos países-membros da CPLP, em virtude da restrição de acesso aos dados a que se referem os tópicos em lide.

A análise se dará por meio da identificação dos possíveis OND destacados na seção três, confrontando-os com as atividades e os Acordos de Cooperação desenvolvidos pelo Brasil junto ao bloco, onde, conforme descrito na Constituição e nos documentos condicionantes de Defesa (Livro Branco de Defesa Nacional – LBDN, PND e END), buscar-se-á, posteriormente, como objetivo final, verificar o grau de contribuição que a CPLP pode conferir ao nosso País para a consecução desses OND.

As informações coletadas baseiam-se em elementos descritivos de artigos da *internet*, de documentos/palestra e de bibliografia (VERGARA, 2007), e que servirão de subsídios para justificar a importância da CPLP como estratégia de defesa para o Brasil.

2 Globalização, CPLP e a percepção estratégica brasileira

Existem diversas definições para o termo globalização e sua origem, o qual, muitas vezes, nos dias de hoje, é visto, pela grande maioria das pessoas, apenas ligado a fatores econômicos. É bem verdade que, desde a época das grandes navegações, nos séculos XV e XVI, durante a expansão marítima europeia, já existia a necessidade de interligação do mundo para o intercâmbio de mercadorias.

A globalização, de fato, não é um fenômeno do século XXI. E o termo em si, como hoje é mundialmente conhecido, na verdade, apenas sofreu um processo evolutivo ao longo dos anos.

A globalização surgiu com o aprimoramento de meios de transportes, telecomunicações e todo o processo de transição do avanço tecnológico, principalmente a internet. O processo apareceu para atender ao capitalismo, uma vez que países mais desenvolvidos precisavam buscar novos mercados já que o consumo interno estava saturado. (AZEVEDO, 2015).

As transformações tecnológicas ocorridas a partir da década de 80 levaram as principais economias do mundo, composta pelos países do G71 a expandirem seus mercados, criando uma espécie de Aldeia Global (2013), a fim de que esta pudesse atender às suas necessidades.

Não obstante, há de se considerar que a Globalização não se atém apenas a fatores econômicos, pois também envolve fatores culturais, financeiros e políticos. Acima de tudo, ela guarda em si uma relação de poder.

Da mesma forma, entender os efeitos da globalização é um ponto bastante discutível, onde a identificação de suas vantagens e desvantagens podem não ter o mesmo peso na “balança política” das relações internacionais.

Sem dúvida o referido fenômeno tem imposto novos limites ao exercício da soberania dos Estados. E com essa interpretação, muitos países em desenvolvimento têm procurado formas alternativas de sobreviver aos efeitos negativos da globalização.

Percebeu-se, então, que a única saída para fazer frente a essa dominação imposta aos mais fracos seria a cooperação na forma de regionalização/parcerias, onde a formação de alianças entre os países menos industrializados poderia criar uma espécie de Megaestado capaz de sobreviver às terríveis consequências da globalização, podendo, dessa forma, gerar um contraponto mais forte diante dos países ditos mais fortes.

Nesse sentido, Santos (2000, p. 137) nos relembra, de forma categórica, quanto à uma saída frente à dominação da globalização, e assim coloca:

Os blocos regionais são, de fato, um esforço realizado pelas nações que o compõem para minimizar os efeitos negativos do processo de globalização. Esses blocos possibilitam

1 O Grupo dos Sete (G7) é um grupo internacional composto por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, embora a União Europeia também esteja representada. Esses países são as sete economias mais avançadas do mundo, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), os quais representam mais de 64% da riqueza líquida global, equivalente a 263 trilhões de dólares estadunidenses (G7, 2019).

um comércio entre as nações da mesma região, maior condição de negociação com outros blocos e mesmo uma postura política de maior peso específico.

É dentro desse contexto que diversos blocos regionais e não-regionais (parcerias) passam a se formar, com o intuito de se articularem e comporem um perfil de Megaestado capaz de competir em pé de igualdade e fazer frente, principalmente, aos EUA (economia dominante).

O entendimento acima, segundo os autores Costa e Silva (2004, p. 121), é assim justificado, quando afirmam:

[...] na conjuntura atual, existe uma polarização econômica transfigurada de regionalização. O centro, hoje, exige escala e países pequenos, ou se unem em mercados maiores, em Megaestados, como a União Europeia, ou estão fadados a se tornarem ou continuarem periféricos.

Cabral (2004, p. 9), também ratifica essa visão ao dizer que: “O conceito de megaestado, nesta fórmula, contempla a formação de novos pólos de poder, que deslocariam o sistema dominante da sua atual centralidade hegemônica”.

Em termos de globalização, e dentro da concepção anteriormente demonstrada de associação em blocos/parcerias, cabe aqui mencionar que, como a região do Atlântico Sul e a costa Oeste africana ficam dentro do entorno estratégico brasileiro e, segundo Saraiva (2015, p. 52), “a África vem se apresentando como a última fronteira do capitalismo global”, os reflexos da globalização podem ser ainda mais proeminentes, já que os países africanos enquadram-se dentro do grupo de países menos desenvolvidos, e seu estágio de globalização ainda requer diversas ações estratégicas que lhes permitam sobreviver a este fenômeno. E sob esse prisma, vê-se que a estratégia brasileira de implementar a cooperação e o relacionamento com os países de língua portuguesa possui grande importância.

Os países de Língua Oficial Portuguesa representam um espaço relevante para a cooperação brasileira, [...], a língua comum facilita a aplicação de projetos, principalmente de capacitação de recursos humanos. Neste contexto, o Brasil tem desenvolvido a cooperação bilateral com os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e com Timor Leste, ao passo que também empreende ações multilaterais no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). (DIAS, 2015, p. 12).

Nesse sentido, a CPLP, que possui a maioria de seus países-membros no Continente africano, e que é o foco desta monografia, pode significar mais um importante caminho para o atingimento, pelo Brasil, de seus Objetivos Nacionais de Defesa (OND) mencionados na Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2016a), desde que a Comunidade apresente potencial de contribuir para tal. E consonante com o que afirma Almeida (2003, p. 155), “[...] um dos objetivos do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é a abertura de novos nichos comerciais, políticos e diplomáticos que ela proporciona”. E isso é o que iremos verificar mais adiante.

Nesses 23 anos de existência da CPLP, o Brasil, como grande protagonista dessa Comunidade de mais de 230 milhões de habitantes, fazendo-se valer de sua atuação político-di-

plomática e de seu senso de cooperação mútua, tem buscado estreitar o relacionamento com os países do bloco cada vez mais, em consonância com o que preconiza nossa PND (BRASIL, 2016b), o que também pode fazer da Comunidade mais uma plataforma estratégica de interesse nacional.

Assim, pelo menos no que diz respeito ao viés econômico, as perspectivas futuras podem levar a Comunidade a nova dimensão, a fim de potencializar essa vertente globalizante no relacionamento entre os membros da Comunidade.

Ainda com relação a essa nova dimensão que a CPLP vem adquirindo, Gala (2011?) entende que a adesão de Timor-Leste ao bloco, em 2002, após a sua independência, cria a oportunidade de projeção da presença de um universo de língua portuguesa sobre a região da Ásia, o que, de fato, constitui-se em uma importante componente estratégica, a qual também é confirmada por Mota (2009, p. 52), quando diz que: “é um ponto estratégico no Pacífico para a CPLP e seus membros, assim como Macau é para a representatividade da CPLP no mundo asiático, mundo este cada vez mais competitivo”.

Ao analisarmos as estratégias que circundam a CPLP, é inegável o importância que a República Popular da China (RPC) vem atribuindo ao continente africano, em face de seu interesse pelos insumos/matérias-primas daquela região, motivo pelo qual seus investimentos e sua influência, e porque não dizer sua presença em área lusófona, também tem aumentado cada vez mais nos últimos anos.

É mister considerar, também, que a Região Administrativa Especial de Macau, que ainda mantém a língua portuguesa em suas raízes, é, sem sombra de dúvida, um portal de conexão entre a CPLP e a RPC, a qual possui amplo relacionamento econômico com o Brasil (país de maior destino das exportações brasileiras), onde a construção de uma arquitetura político-diplomática com esse *global player*, que nos dias de hoje ocupa a segunda posição no cenário econômico internacional, faz-se por demais necessária para o bloco, e, conseqüentemente, para o Brasil.

Outro aspecto de extrema importância e que passa a ser uma componente de peso em todo esse cenário político-diplomático entre o Brasil e a CPLP, é a política externa brasileira e sua evolução desde a criação da Comunidade. Com o fim da Guerra Fria e a ascensão hegemônica dos EUA, acompanhado de políticas protecionistas das economias dominantes da época (G7), o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, smj, pareceu mais atento às perspectivas futuras e aos rumos que a Comunidade deveria tomar. Nesse sentido, conforme destacou Saraiva (2001, p. 31), houve a necessidade de se buscarem fórmulas que pudessem traduzir, de forma mais palatável e material, as afinidades então existentes, referindo-se, inclusive, a possibilidades concretas de transferência de tecnologia, cooperação trilateral e parcerias com países desenvolvidos e agências multilaterais.

O arcabouço institucional da Comunidade deveria dispor de estrutura (Conferência entre Chefes de Estado e de Governo; Conselho de Ministros; Comitê de Concertação Permanente; e Secretariado Executivo) e objetivos claros (concertação político-diplomática; cooperação econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica; além da promoção e difusão da língua portuguesa)² aos seus integrantes, de forma a proporcionar uma sinergia capaz de defender os interesses comuns, a igualdade entre os parceiros e a projeção do Bloco internacionalmente.

2 Disponível em: <<https://www.cplp.org>>.

Vê-se, assim, que o então governo brasileiro da época já mostrava sinais de uma perfeita compreensão da necessidade de se adaptar ao que o cenário internacional exigia, ou seja, considerando a CPLP, ainda mais nos dias de hoje, onde existe um impulso maior à Cooperação Sul-Sul (Brasil e África), construir uma estratégia para o bloco, de interesse nacional, por meio de uma política externa capaz de projetar o País e “sobreviver” diante do processo de globalização.

[...] o momento de formação da CPLP refere-se ao contexto internacional, incluindo as tendências regionalizantes e globalizantes. [...] A proliferação de arranjos regionais de cunho econômico e comercial impõe novos desafios a organizações fundadas em bases alternativas, como a língua comum no caso da CPLP. Caberia questionar a relevância da CPLP ante a União Europeia (para Portugal), ao Mercosul (para o Brasil), à SADC (para Angola e Moçambique). De fato, não faz sentido a CPLP procurar tornar-se um desses arranjos, dada a realidade das relações comerciais, e da distância geográfica entre os parceiros. A forma mais adequada de acomodação da Comunidade é para potencializar os outros interesses, os quais, por sua vez, também incrementarão a CPLP. (SARAIVA, 2001, p. 32).

A bem da verdade é que, analisando o processo de criação do bloco, ainda não havia, à época, a menor possibilidade de tornar o espaço da CPLP como sendo uma área de livre comércio entre seus países-membros, principalmente se comparada aos blocos econômicos então existentes, bem como levando-se em conta que os interesses iniciais de constituição desse espaço lusófono tinha raízes culturais e linguísticas. Contudo, verifica-se que, desde o início do século XXI, com a estabilidade política dos governos (democracia) e a abertura gradativa dos mercados dos países africanos e o seu crescente desenvolvimento, o fluxo de capitais e de investimento nesses países começou a aumentar durante o governo do ex-Presidente Lula, permitindo, inclusive, a internacionalização e a cooperação de empresas e instituições brasileiras naquele continente (VALE, ODEBRECHT, EMBRAPA, SENAI, FIOCRUZ, etc).

Já no governo da ex-Presidente Dilma, a política externa brasileira para com a CPLP ficou quase que esquecida, principalmente pelos graves problemas internos, políticos e econômicos que assolaram o Brasil, o que permitiu, inclusive, uma maior aproximação da RPC, tanto junto aos PALOP, quanto junto ao Timor-Leste, conforme corrobora Holzacker (SANTOS, 2015) ao dizer: “Desde o início do governo Dilma, o Brasil tem perdido legitimidade internacional e seu papel de grande potência mundial, principalmente, em relação ao espaço que havia sido conquistado junto a países africanos e do Oriente Médio”.

Pelo menos no que se diz respeito ao viés econômico, havendo o resgate de uma política externa com visão de futuro para com a CPLP, as perspectivas podem levar a Comunidade a uma nova dimensão, onde a regionalização/parcerias haverá de potencializar essa vertente globalizante de relacionamento entre os membros da Comunidade, que, hoje, é constituída por nove países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), além de Observadores Associados (Geórgia; República da Namíbia; República da Turquia; Japão; Hungria, República Checa; República Eslovaca; e República Oriental do Uruguai), e 62 Instituições que atuam como Observadores Consultivos.

O entendimento da evolução dos países africanos e seu desenvolvimento perante o mundo globalizado torna ainda mais promissor o universo que envolve os países-membros da CPLP. Os resultados, mesmo que ainda não muito expressivos, de melhorias em diversos segmentos, destacando-se os indicadores sociais e econômicos, mostram que o processo de urbanização; a melhoria da renda; o aumento do consumo e a busca por produtos, todos têm contribuído para tal.

Adicionalmente, o Brasil, associado ao MERCOSUL, e Portugal, associado à Comunidade Europeia, bem como cada um de *per se*, além da própria associação dos PALOP a outros blocos na própria África, têm permitido que arranjos de cooperação para a promoção do estreitamento do relacionamento bilateral ou como bloco sejam cada vez mais intensificados, isso sem considerar, também, a futura adesão de Timor-Leste à Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN), o que vem contribuindo para o desenvolvimento dos países da Comunidade, conforme preceitua Oliveira (2015, p. 45), quando fala que “A cooperação recebida pelos PALOP no âmbito da CPLP, somada a dos acordos bilaterais, contribui para o desenvolvimento destes Estados”.

No campo político-diplomático, o Brasil também têm exercido papel fundamental na projeção da Comunidade, principalmente, na participação proativa do bloco em Organismos e Fóruns Multilaterais, como na ONU e na Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual tem conseguido obter importantes vitórias em defesa dos países em desenvolvimento.

Em termos comerciais, é importante igualmente saber quais as implicações da criação da CPLP e as votações das resoluções no âmbito da OMC (no apoio que os membros que fazem parte da CPLP e que participam das rodadas de negociação da OMC possam dar uns aos outros, como por exemplo, a pressão que Portugal pode fazer dentro da União Européia relativamente ao protecionismo que este bloco tem com seus produtos agrícolas e que prejudica o Brasil, entre outros exemplos possíveis) e como é que as relações comerciais entre os estados membros da CPLP podem diminuir as assimetrias existentes entre os oito países. (MOTA, 2009, p. 21).

Acima de tudo, os esforços da política externa e da diplomacia brasileira, no bojo das relações internacionais, devem ser intensificados, a fim de possibilitar que o bloco em si possua uma roupagem de Megaestado e se fortaleça na busca pelos interesses comuns.

[...] aproveitar a brecha da globalização é um dever dos governos Membros da CPLP, diante da necessidade da busca de saídas para a sobrevivência social e econômica de suas populações. A nova visão supõe a vontade de fazer política internacional de forma ativa e não apenas reativa. [...] Daí a necessidade de ampliação da capacidade negociadora da CPLP, nos diferentes fóruns internacionais, inclusive para fazê-la tomar partido dos esforços de cooperação internacional e da afirmação do multilateralismo. (CARDIM; CRUZ, 2002, p. 323-324).

Um outro exemplo claro, inclusive, da influência brasileira na construção dessa arquitetura propícia em prol dos interesses estratégicos dos países-membros do Bloco foi a eleição e

reeleição do brasileiro Roberto Azevedo, na Presidência da OMC, o qual recebeu apoio maciço dos países africanos, e a eleição do português Antônio Guterres, como novo Secretário-Geral da ONU (desde janeiro de 2017).

Nesse sentido, a afirmação de Oliveira (2015, p. 38), corrobora os entendimentos anteriormente mencionados, ao dizer: “[...] o fato é que a CPLP vem se fortalecendo na arena internacional e propiciando para seus estados-membros maiores condições de inserção e competitividade externa”.

Nesse mister, o contexto em que se apresenta a política externa dos países requer especial atenção.

Dessa forma, a CPLP deve acompanhar constantemente as evoluções que a globalização impõe ao mundo e possuir uma visão estratégica capaz de fazer com que as deliberações de seus órgãos/instâncias³ fortaleçam, cada vez mais, a Comunidade em si, bem como sua influência no cenário internacional.

Dado ao imenso espaço geográfico que envolve os países-membros da CPLP, vale destacar que, em face dos eventuais interesses de acesso às matérias-primas e recursos naturais, bem como às ameaças externas, todos já mencionados, e que podem interferir na soberania dos Países da Comunidade, os aspectos ligados à Defesa e à Segurança tornam-se por demais importantes, especialmente para o Brasil.

Assim sendo, em termos de Defesa, como parte dos países da CPLP encontram-se no entorno estratégico brasileiro – a costa ocidental africana e o Atlântico Sul, são regiões definidas como áreas de interesse prioritário em nossa PND (BRASIL, 2016b).

Adicionalmente, a dimensão que envolve os oceanos que banham a CPLP podem denotar, também, um universo ainda maior que apenas o Atlântico Sul, para o que então define a PND, uma vez que a comunicação marítima com a Região Administrativa Especial de Macau, por meio da CPLP (proximidade de Timor-Leste), apresenta-se como pólo importante de entrada e presença brasileira na Ásia, através da RPC, com a qual o Brasil possui um estreito relacionamento, bem como as perspectivas tecnológicas para os imensos navios de grande porte, os chamados *New Panamax* e *Triple-E* (PANAMAX..., 2012), poderão provocar um novo ordenamento internacional para o transporte marítimo de mercadorias, revivendo as antigas rotas de navegação dos tempos dos descobrimentos.

[...] Mas os interesses econômicos brasileiros se projetam não apenas pelo Atlântico Sul, e isto será tanto mais efetivo a medida em que o país for capaz de retornar ao curso do desenvolvimento industrial interrompido. Ao mesmo tempo, a redução da importância dos canais do Panamá e Suez para as novas classes de navios cargueiros e petroleiros recoloca em cena as velhas rotas marítimas da era dos descobrimentos; daí a necessidade de projeção dos interesses econômico e políticos brasileiros mundialmente, rompendo em definitivo com os limites geográficos impostos pelo pensamento geopolítico oficial e reafirmados nas políticas de defesa. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 81).

3 Disponível em: <<https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=2753>>.

Adicionalmente, no que tange à Segurança, como a CPLP possui áreas marítimas em três diferentes oceanos, é mister ressaltar que suas riquezas e suas rotas marítimas podem ser alvo de cobiça alheia ou mesmo de ilícitos transnacionais, fazendo com que as linhas de comunicação marítimas de interesse nacional ali contidas, que podem, inclusive, se estender até a Ásia (Timor-Leste), também sejam motivo de preocupação. Nesse sentido, a atual capacidade de defesa dos países-membros e o grau de interoperabilidade em um eventual emprego real conjunto de Forças contra essas possíveis ameaças, poderá refletir o nível de sensação de segurança percebido pelas diferentes sociedades da Comunidade, em especial a brasileira.

Para que se possa proporcionar um entendimento o mais fidedigno possível sobre o interesse estratégico brasileiro relacionado ao universo marítimo que abrange os países-membros da CPLP, será necessário recorrer aos documentos de alto nível relacionados à Defesa do País, a fim de atender, primeiramente, a um dos principais fundamentos que regem a Constituição (BRASIL, 1988), conforme prescreve o inciso I do seu artigo 1º, que é a nossa soberania.

O LBDN (BRASIL, 2016a, p. 28, grifos do autor) assim descreve a importância do Atlântico Sul para o País:

Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes, como a “Garganta Atlântica”, entre a costa do nordeste brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial. As passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico, constituem uma via alternativa ao canal do Panamá, principalmente para os navios de grande porte. A rota do cabo da Boa Esperança, conectando o Atlântico Sul ao oceano Índico, é uma alternativa ao canal de Suez e oferece também o melhor acesso marítimo à Antártica. Cumpre ressaltar, ainda, a significativa importância da vasta bacia petrolífera existente na plataforma continental brasileira, além das rotas de importação/exportação do petróleo de países da faixa equatorial do atlântico.

É notório que sobre o Atlântico Sul repousam dimensões econômicas, estratégicas e políticas, todas, evidentemente, importantes e que merecem destaque.

Quanto a dimensão econômica, cabe ressaltar que mais de 80% do comércio mundial se dá por via marítima. No caso do Brasil, mais de 92% do seu comércio internacional utiliza-se desse vasto oceano como porta de entrada/saída, bem como de suas linhas de comunicação marítimas com o resto do mundo. Da mesma forma, o grosso da produção petrolífera brasileira, destacando-se as recentes descobertas das regiões do pré-sal; os recursos pesqueiros; a existência de minerais nobres e raros que encontram-se na ZEE, a qual, inclusive, o Brasil vem negociando a ampliação para 350 milhas náuticas, o que aumentará em cerca de 1 milhão de km² a área da Amazônia Azul, que passará para 4,5 milhões de km², tudo isso mostra, sem dúvida, não somente a quantidade de recursos existentes no Atlântico Sul, mas a sua extrema importância para a economia brasileira.

Quanto à dimensão estratégica, os fatos anteriormente mencionados por si só já demonstram a relevância do Atlântico Sul para que o Brasil, de fato, exerça nesse vasto espaço marítimo, a sua soberania. Para tal, a PND (BRASIL, 2016b, p. 8) assim destaca:

Por sua vez, a natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral, pela magnitude do comércio exterior através dele praticado e pela incontestável importância estratégica do Atlântico Sul, o qual acolhe a denominada “Amazônia Azul”, ecossistema de área comparável à Amazônia brasileira e de vital relevância para o País, na medida em que incorpora elevado potencial de recursos vivos e não vivos, entre estes, as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil. (grifos do autor).

Quanto à dimensão política, há de se considerar que a proximidade do Continente Africano com o Brasil, especialmente os países da costa ocidental, os quais fazem parte do entorno estratégico brasileiro, faz-se necessária a adoção de políticas que venham a garantir a segurança e o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da Região do Atlântico Sul. É nesse sentido que o Brasil procura manter um estreito relacionamento com esses países, reforçando, ainda mais, a permanente existência de um ambiente pacífico e colaborativo nesse oceano, por meio da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (BRASIL, 2017b), criada por intermédio de Resolução da ONU, a qual prevê a não proliferação de conflitos armados, introdução de armas nucleares ou de destruição em massa, provocados por interferência externa, ou seja, de Estados estranhos à essa Região.

Consolidando o entendimento anterior, a Portaria Normativa nº 64, de 08 de novembro de 2016 (BRASIL, 2016c), do Ministério da Defesa, que aprova a Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI), enviada por Soares (2017), deixa bem claro ao dizer que: “no continente africano deve-se buscar a intensificação da cooperação com os países do entorno estratégico brasileiro, com o objetivo de consolidar uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul”.

Ainda assim, mesmo diante de todo esse esforço político promovido para a segurança do Atlântico Sul, há que se manter uma constante vigilância das rotas comerciais marítimas, bem como contra interesses externos que visam o acesso às riquezas inerentes a esse vasto espaço marítimo, não apenas àquelas que dizem respeito ao Brasil, mas também àquelas atreladas aos países da costa ocidental africana. Nesse quesito, destaca-se, inclusive, os problemas relacionados à ilícitos transnacionais, que atualmente vêm assolando o mundo como um todo, como o terrorismo e a pirataria, onde, esta última, particularmente, causando sérios problemas no Golfo da Guiné.

Nesse sentido, assim coloca Bernardino (2011, p. 46), ao dizer que:

Por via da globalização da conflitualidade marítima regional, assistiu-se em África a uma fragilização da capacidade dos Estados e das suas estruturas sociais, políticas e militares, com reflexos directos numa incapacidade em garantir a salvaguarda da sua soberania e em combater a marginalidade e o crime no mar.

Diante desse exemplo de comprometimento da soberania, o qual pode se mostrar presente em qualquer ponto do Atlântico Sul, configurando uma séria ameaça a qualquer dos países litorais desse oceano, é que torna-se imprescindível o investimento no âmbito da Defesa, e daí o papel que a CPLP pode desempenhar, o qual será visto mais a fundo na próxima seção deste trabalho.

De olho nas matérias-primas e *commodities* (petróleo, minérios, etc.) dos países em desenvolvimento, com destaque para o Brasil e os Países Africanos, a RPC vem investindo em infraestruturas

capazes de proporcionar o maior fluxo de comércio possível com esses países. Para tal, a RPC possui um perfeito entendimento de que os EUA possuem o controle das principais rotas marítimas mundiais (Estreito de Malaca; Singapura; Gibraltar; e os Canais de Suez e do Panamá). E para não depender dos concorrentes *yankees*, as antigas rotas da era dos descobrimentos tem ganho importância cada vez maior para os chineses, um vez que passariam a não depender dos EUA. Além disso, as novas classes de navios *New-panamax* e *Triple-E*, que tem muito maior capacidade de levar produtos chineses ao resto do mundo, motivaram os chineses a não querer mais depender dos Canais de Suez e do Panamá (este mesmo após o seu alargamento, em 2016, para navios maiores) e negociarem com a Nicarágua, também em parceria com a Rússia, a construção de um novo Canal⁴, de muito maior capacidade. Esse quadro, a *Epoch Times* (CANAL..., 2016, n.p., grifos do autor) assim analisa:

A construção do Canal da Nicarágua destaca a necessidade da China de querer assegurar o seu acesso ao Pacífico e ao Atlântico, no intuito de proteger as principais rotas marítimas e pontos estratégicos que conectam o gigante asiático com mercados externos e reservas de recursos.

Olhando para o Continente Africano, a construção de uma estrada de ferro que ligará Angola (Lobito) à Moçambique (Nacala)⁵, ligando o Índico ao Atlântico Sul, além de outras ramificações para o interior da África, irá favorecer em muito a dinâmica logística de abastecimento de países africanos, assim como também permitirá escoar e embarcar produtos de interesse chinês.

Importante se faz ressaltar, também, que a presença chinesa no Continente Africano, especialmente junto aos PALOP, tem crescido assombrosamente. Conforme evidencia Veloso (2015, p. 53), corroborando sobre a conexão CPLP- Fórum Macau: “tem se traduzido em uma excelente estratégia da política externa chinesa em utilizar a herança da colonização portuguesa para se aproximar do mundo lusófono, facilitando negociações e parcerias comerciais e econômicas”.

Já para o Continente Americano, especialmente para com a América Latina, além do já mencionado Canal da Nicarágua, a participação estratégica chinesa na construção de uma ferrovia que ligará o Oceano Pacífico ao Atlântico Sul (Ferrovia Bioceânica), através da América do Sul (chegando no Porto do Açu⁶ ou no Porto de Paranaguá⁷ - local ainda indefinido), também denota a mesma importância que a RPC dá ao fluxo comercial de penetração e escoamento esperado para com essa Região.

É mister destacar, também, que de nada adiantará todo esse investimento chinês de interligação marítima do Pacífico com o Atlântico, bem como a utilização de um modal marítimo de última geração e com maior capacidade de transporte, se não houver uma melhoria das infraestruturas portuárias capaz de atender a essa nova demanda. E atualmente, principalmente

4 Disponível em: <<https://bit.ly/2KEYMtK>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

5 Disponível em: <<https://bit.ly/2NhWfV>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

6 Disponível em: <<https://bit.ly/327xkKQ>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

7 Disponível em: <<https://bit.ly/2NvpzuM>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

no âmbito da CPLP, essa necessidade chinesa pode significar uma grande oportunidade para impulsionar o desenvolvimento da Comunidade, mas, ao mesmo tempo, também em uma grande ameaça, na medida em que o bloco encontra sérios problemas de tecnologia e capital próprios para investimento nesse setor logístico específico. Nesse sentido, com o poder de penetração que a RPC possui no mundo lusófono, acompanhado de seus volumosos recursos financeiros, ela pode aumentar ainda a sua influência junto à Comunidade, na promoção desse desenvolvimento, que é por demais importante para seus interesses comerciais, principalmente no Atlântico Sul.

Há quem diga ainda que, pelo fato dos EUA estarem deslocando seu eixo maior de preocupações para a Região Ásia-Pacífico, a China poderia estar despertando um possível interesse militar em promover a securitização do Atlântico Sul. Contudo, isso não se tem verificado, até o momento, pois mesmo dotada de um *hard power* moderno, este ainda não pode ser comparado ao dos EUA. E tendo plena consciência disso, a China tem investido no *soft power*, o qual tem contribuído para o incremento de seu relacionamento nas últimas décadas com a América Latina e a África, não apenas do ponto de vista econômico, mas também geopolítico, na medida em que procura, por intermédio de sua diplomacia e política externa, traduzida em cooperação comercial, inclusive militar (venda de armas, formação de seus militares, et cetera.), com os países dessas regiões, e aí se incluem o Brasil e os PALOP, promover ainda mais o isolamento de Taiwan, bem como consolidar sua presença junto aos países limítrofes do Atlântico Sul, o que lhe aproxima ainda de seus interesses no acesso às inúmeras riquezas minerais e energéticas nele existentes, adicionado ao fato de que este oceano também se constitui em uma via de acesso aos mesmos interesses que possui para com o Continente Antártico.

Assim sendo, em termos estratégicos, o universo marítimo que banha a CPLP, principalmente no Hemisfério Sul, faz parte do plano chinês de governança marítima global, com sua *Nova Rota da Seda* marítima. O Brasil, por ser o maior protagonista da CPLP e em respeito à soberania de todos os países-membros do bloco, não pode se furtar em estabelecer uma estratégia de cooperação no âmbito da Defesa para com os membros da Comunidade, haja vista que não apenas o Atlântico Sul, mas também os Oceanos Índico (costa Oeste Africana) e Pacífico (junto ao Timor-Leste) fazem parte do interesse estratégico marítimo chinês, mesmo a despeito, inclusive, do País ser um grande parceiro comercial da China e por também fazer parte dos BRICS⁸.

E como grande desfecho para essa grande estratégia marítima chinesa, ainda segundo a *Epoch Times* (CANAL..., 2016, n.p.):

A dinâmica que o regime chinês impôs para controlar os pontos-chaves do comércio marítimo é apenas parte de uma estratégia maior, com um tentáculo para mudar o atual status quo econômico em favor da China. No dia 31 de janeiro de 2013, o Capitão James Fanell, que na época era um Oficial da Inteligência da Frota do Pacífico dos Estados Unidos, fez um discurso sobre um tema que mais tarde viria a custar-lhe o seu trabalho: “Não se enganem, a Marinha do Exército Popular de Libertação do

⁸ BRICS é um termo utilizado para designar o grupo de países de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BEZERRA, 2018).

regime chinês se concentra sobre a guerra no mar e no ataque à frota de oposição.”, disse ele, acrescentando que “A China está negociando para controlar os recursos de outros países em suas fronteiras”.

Independentemente das estratégias que as grandes potências econômicas e militares venham a adotar, sejam elas, por exemplo, chinesas ou norte-americanas, ou, até mesmo, somado a presença europeia permanente no Atlântico Sul⁹, o Brasil, juntamente com a CPLP, mais do que nunca, deve dar a devida importância na adoção de uma plataforma estratégica voltada para a cooperação no âmbito da Defesa junto aos “Mares da Lusofonia”.

3 A CPLP como estratégia de defesa para o Brasil

Os traços culturais, étnicos e linguísticos comuns têm facilitado a perenidade dos acordos e dos projetos que, por sua vez, visam promover o intercâmbio e o desenvolvimento de cada nação em diversos setores. E essa mesma cooperação também tem contribuído para o aumento da projeção internacional do Brasil em um ambiente globalizado e multipolar, por meio do fortalecimento do Megaestado que representa a Comunidade.

De uma forma geral, conforme, inclusive, demonstrado na última Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, ocorrida em julho/2017, em Brasília, o Brasil tem trabalhado a sua estratégia de cooperação tanto no plano multilateral da CPLP, quanto no bilateral junto a cada um dos países-membros em diversos Setores. E no que tange ao Setor de Defesa também não poderia ser diferente, como veremos a seguir.

Ao analisarmos o processo evolutivo da Componente de Defesa da CPLP¹⁰ e todas as ações dela decorrentes em prol da Comunidade ao longo dos anos, verifica-se que essa estrutura necessita se adaptar constantemente às mudanças provocadas pelo mundo globalizado e multipolar do século XXI, onde a diplomacia, política externa, questões de soberania, interesses e ameaças externas estão cada vez mais presentes no cotidiano dos países. E Bernardino (2016) nos ajuda a refletir sobre a necessidade de se adotar uma visão estratégica, onde a vertente da Defesa da CPLP nos obrigue a abrir os horizontes para o mar e a apostar numa verdadeira cooperação geoestratégica de Defesa que inclua os continentes e os oceanos.

Especificamente no que se diz respeito ao Setor de Defesa, o Brasil tem procurado empregar a sua diplomacia militar colaborativa junto à Comunidade de forma atuante, conforme afirma Amorim (2016, p. 299), ao dizer: “[...] nós damos grande importância a este foro, à CPLP, especificamente na área de Defesa”. Essa estratégia não visa contribuir apenas para a gestão da paz mundial, mas, sobretudo, para a manutenção de nossa soberania e preservação de nossos interesses nesse grande mar de quatro oceanos que banha a Comunidade, principalmente em nosso entorno estratégico - o Atlântico Sul, além de promover a conscientização por parte, principalmente, dos PALOP e do Timor-Leste, de que o fortalecimento de seus Setores de Defesa geram, da mesma forma que para o Brasil, dividendos importantes, como a segurança de suas rotas e áreas marítimas

9 Disponível em: <<https://bit.ly/2JjXDEX>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

10 Disponível em: <<https://bit.ly/2XeEApp>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

e a proteção de suas riquezas nelas contidas contra possíveis interesses de potências extrarregionais (ou mesmo contra ações provenientes de ilícitos transnacionais, como a pirataria (a exemplo dos recentes casos na costa da Guiné-Bissau) e o terrorismo em suas mais diferentes formas, em águas sob seus domínios.

Consolidando esse entendimento, Amorim (2016, p. 37-38) reforça:

Criamos um verdadeiro cinturão de boa vontade em nosso entorno imediato, cujo reforço deve ser preocupação permanente. Esse cinturão de boa vontade permite ao Brasil maior liberdade para uma política externa universalista, sem as amarras que a eventual presença de ameaças em suas fronteiras ensejaria. Essa percepção estende-se progressivamente à África. Desejamos contribuir particularmente para a segurança de nossos parceiros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Necessitamos dos países africanos para garantir que esse oceano seja uma via segura de comércio, livre de ações de pirataria e de crime organizado.

Assim sendo, o Brasil necessita que seus vizinhos africanos também estejam fortes militarmente, a fim de promover o fortalecimento da ZOPACAS cada vez mais, bem como a defesa dos interesses no entorno estratégico de cada país-membro da CPLP.

Outro ponto importante a ser comentado é que, apesar de o Brasil, seguido de Portugal, estarem bem mais à frente, militarmente falando, a atual capacidade de defesa dos países-membros (principalmente os PALOP e Timor-Leste) ainda é muito aquém das existentes em países desenvolvidos e carece imensamente de incrementos de meios, sistemas, tecnologia, adestramento, formação de pessoal e infraestrutura.

Da mesma forma, até o momento, o grau de interoperabilidade conjunta da CPLP, no âmbito da Defesa, está sendo condicionado, de acordo com o Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa, a quem cabe coordenar a cooperação dos assuntos no âmbito da Defesa entre os países do bloco, apenas à realização das Operações “FELINO”, que prevêem o emprego conjunto das Forças Armadas do bloco em Operações de Ajuda Humanitária e Desastres Naturais. Ou seja, um eventual futuro emprego real conjunto de Forças contra possíveis ameaças à soberania de qualquer um dos Países da Comunidade jamais foi testado e, no momento, se necessário e autorizado fosse, dependendo da ameaça, poderia refletir um nível de sensação de segurança muito baixo a ser percebido pelas diferentes sociedades da Comunidade, em especial a brasileira, em função da atual capacidade de defesa dos países-membros da CPLP ainda apresentarem diversas carências, como já mencionado.

O entendimento acima, apesar de ser aparentemente desestimulador, também encontra respaldo na visão de Amorim (2016, p. 300), quando diz: “Obviamente, seria praticamente impossível falarmos em uma defesa comum entre os países da CPLP, o que não nos impede de cooperar e de chegarmos às conclusões de como cooperar para a defesa de cada um dos países da CPLP.”

A atuação da cooperação militar brasileira para com a CPLP tem contado com a colaboração de nossas Forças Singulares. Contudo, em face da importância do grande mar que une a Comunidade, e também como foco principal deste trabalho, a atuação da MB junto às demais Marinhas dos países-membros da Comunidade, especialmente após o estabelecimento da “Estratégia

da CPLP para os Oceanos, em 2009, é que receberá destaque, uma vez que tem exercido papel preponderante, conforme as inúmeras ações, parcerias e possibilidades”. (FARIA, 2016).

Adicionalmente, é mister destacar que a Cooperação no Setor de Defesa também contribui para a promoção do desenvolvimento da Comunidade, uma vez que, mediante Acordos de Cooperação, estes possibilitam o incremento das Bases Industriais de Defesa, especialmente a brasileira, a qual, ultimamente, vem enfrentando certa estagnação, em consequência da crise política e econômica que nosso País vem enfrentando.

Sem dúvida, a maioria das Marinhas e Guardas-Costeiras da “CPLP Africana” e do Timor-Leste ainda são muito novas e necessitam de formação. E o papel que vem sendo exercido pela cooperação brasileira no âmbito da Defesa, por intermédio da MB, tem se constituído em um “braço” político-diplomático de peso para a afirmação do Brasil como protagonista do bloco, na busca de seus interesses, como destaque para o grande “Mar Moreno” entre o Brasil e a África, como há muito já dizia Moreira (2008) sobre a importância da segurança do Atlântico Sul, que margeado por novas soberanias aglomeradas na CPLP faz do Atlântico um Oceano Moreno, onde a intervenção do Brasil é desejada, esperada e indispensável. Assim sendo, diante do mundo globalizado dos dias de hoje e independente da possibilidade de uma nova geopolítica promovida pelas grandes potências (militares e/ou econômicas) para os quatro oceanos que banham a Comunidade, o Megaestado da CPLP tem que se fazer presente e por demais fortalecido em si mesmo, em suas parcerias, junto aos Organismos Internacionais e, principalmente, junto ao concerto das nações, preservando a paz mundial, respeitando a não intervenção e a soberania dos países, o multilateralismo e reconhecendo o mundo como multipolar.

A segurança do ambiente marítimo é, hoje, mais imprevisível e de maior escala, do que já foi no passado. É recorrente a opinião de que a segurança marítima somente será alcançada com o fortalecimento da cooperação internacional, diálogo mútuo e respostas em múltiplos níveis envolvendo inteligência, aplicação do arcabouço jurídico e das capacidades militares. [...]

Nenhuma alteração geopolítica será capaz de modificar a relevância do mar para o futuro da humanidade. No âmbito da Segurança Marítima, as Marinhas serão alçadas a um papel cada vez mais relevante em seus países e no cenário mundial, porque as questões presentes nos oceanos estão ganhando maiores repercussões, inclusive decorrente da globalização. (FARIA, 2016).

Nesse sentido, a cooperação militar que vem sendo desenvolvida entre o Brasil e os demais Países-Membros da CPLP, conforme estabelecido pelo Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa - Cabo Verde/2006¹¹, além dos entendimentos firmados na Ata da IV Conferência das Marinhas da CPLP - Maputo/2015¹², já mostram a necessidade de se ter, como resultado, uma visão estratégica que, cada vez mais, promova o fortalecimento da Componente de Defesa da Comunidade.

11 “Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa - Cabo Verde/2006”. Disponível em: <<https://bit.ly/2RPyw0x>>.

12 “Ata da IV Conferência das Marinhas da CPLP - Maputo/2015”. Disponível em: <<https://bit.ly/2Xi5pnN>>.

Dessa forma, a CPLP poderá ter grandes chances de se apresentar como bloco em potencial para contribuir para a consecução dos OND mencionados na END, conforme veremos a seguir, durante a confrontação desses objetivos com o que vem sendo feito e do que pode vir a ser feito pelo Brasil junto à Comunidade, a fim de que, de fato, ela possa se constituir em uma estratégia de defesa para os interesses nacionais.

Diante do que já foi apresentado, podemos verificar que, dentro da concertação político-diplomática, a CPLP pode encaixar-se perfeitamente dentro do que pressupõem alguns dos fundamentos da PND:

2.1.5 A Política Nacional de Defesa tem como princípios a solução pacífica das controvérsias, a promoção da paz e da segurança internacionais, o multilateralismo e a integração sul-americana, assim como a projeção do País no concerto das nações e a ampliação de sua inserção em processos decisórios internacionais, o que requer permanente esforço de articulação diplomático-militar.

2.1.6 Nesse sentido, sem desconsiderar a esfera global, estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica.

2.1.7 [...] em face dos laços históricos e afinidades culturais com o Brasil, os países de língua portuguesa merecem especial atenção aos esforços de cooperação no campo da Defesa. [...]. (BRASIL, 2016b, p. 6).

Assim sendo, em face dos OND estabelecidos pela PND, faz-se necessário verificar aqueles que poderiam identificar-se com a CPLP.

I. São Objetivos Nacionais de Defesa:

II. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial. [...]

III. Assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas. [...]

IV. Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior. [...]

V. Contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais. [...]

VI. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais. [...]

VII. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais. [...]

VIII. Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa. [...]

IX. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional. [...]. (BRASIL, 2016b, p. 6).

Dos OND acima listados, verifica-se que os objetivos I, II, III, V, VI, VII e VIII possuem potencial relação com a CPLP, uma vez que ela pode contribuir para alcançá-los, conforme será visto mais adiante. Já o OND IV não foi selecionado porque diz mais respeito

às responsabilidades a serem assumidas exclusivamente pelo Brasil, conforme prevêem as suas estratégias e as ações estratégicas específicas descritas nesse OND mencionado na END.

Assim sendo, a fim de proporcionar maior legitimidade ao objetivo de se verificar se a CPLP apresenta-se como bloco em potencial para a consecução dos OND, far-se-á necessário confrontar os OND acima selecionados com o vem sendo feito e do que pode vir a ser feito pelo Brasil junto à Comunidade para o atingimento desses objetivos.

Ao fazermos a confrontação dos OND mencionados na END, alinhado com suas estratégias e ações estratégicas correspondentes, podemos estabelecer alguns parâmetros de forma a mensurar em que medida a CPLP pode ser considerada como bloco em potencial para efetivamente contribuir para a consecução desses objetivos.

OND-1: GARANTIR A SOBERANIA, O PATRIMÔNIO NACIONAL E A INTEGRIDADE TERRITORIAL [...]

ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão

Esta Estratégia significa desenvolver, aprimorar e consolidar os fatores que conferem ao País condições para desestimular qualquer ação hostil contra sua soberania, seus interesses, anseios e aspirações. [...]

AED-9 Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o espaço cibernético, o território, as águas jurisdicionais brasileiras e outras áreas de interesse. (BRASIL, 2016b, p. 33-34).

De acordo com Faria (2016), a cooperação da MB na construção de uma arquitetura para um sistema de monitoramento e controle das águas jurisdicionais dos PALOP e do Timor-Leste, por exemplo, pelo Sistema Long-Range Identification and Tracking (LRIT) e de um Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), podem contribuir para o monitoramento do tráfego mercante, áreas e rotas marítimas de interesse nacional junto aos demais países da CPLP, inclusive colaborando da troca de informações, em tempo real, com o SISTRAM brasileiro.

Nesse sentido, a CPLP tem potencial condições para contribuir para a consecução do OND-1, por intermédio da ED-2 (AED-9).

OND-2: ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA, PARA O CUMPRIMENTO DAS MISSÕES CONSTITUCIONAIS DAS FORÇAS ARMADAS [...]

ED-5 Regularidade orçamentária

Visa possibilitar ao Setor de Defesa melhores condições de planejar o emprego dos recursos orçamentários, e, dessa forma, racionalizar o seu uso, tornando os gastos em defesa mais eficientes. [...]

AED-26 Buscar a vinculação orçamentária e financeira de percentual adequado do PIB em gastos com defesa. [...]. (BRASIL, 2016b, p. 34-35).

Também conforme já visto anteriormente, no campo político-diplomático, o Brasil também têm exercido papel fundamental na projeção da Comunidade, principalmente, na

participação proativa do bloco em Organismos e Fóruns Multilaterais, como na OMC, nos quais têm-se conseguido obter importantes vitórias individuais e para os países em desenvolvimento como um todo.

Especialmente o que tange aos interesses econômicos brasileiros, o apoio da CPLP na OMC tem sido de extrema relevância, uma vez que o Brasil têm obtido vitórias expressivas para a retirada de entraves que dificultam o desenvolvimento de determinados setores de nossa economia, tornando os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional, conforme, inclusive, ratifica Caulyt (2014) ao dizer que: “Brasil é uma das nações em desenvolvimento mais ativas no sistema de solução de controvérsias da organização e, com vitórias contra políticas protecionistas de países ricos, obteve mais espaço para seus produtos”. E nesse sentido, tal fato favorece o incremento de nossas exportações, contribuindo para o esforço de uma balança comercial mais superavitária, proporcionando um aumento de nosso produto interno bruto (PIB), o que também pode permitir uma maior geração de recursos financeiros que sejam destinados ao investimento interno de importantes setores da economia de nosso País, onde, dependendo da política governamental em vigor, pode privilegiar investimentos no Setor da Defesa.

Assim sendo, a CPLP tem potencial condições para contribuir, mesmo que de forma indireta, para a consecução do OND-2, por intermédio das ED-5 (AED-26).

OND-3: SALVAGUARDAR AS PESSOAS, OS BENS, OS RECURSOS E OS INTERESSES NACIONAIS, SITUADOS NO EXTERIOR

ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão

Trata do desenvolvimento, do aprimoramento e da consolidação dos fatores que conferem ao País condições para desestimular qualquer ação hostil contra sua soberania, seus interesses, anseios e aspirações.

AED-31 Desenvolver capacidades para preservar nacionais em situação de risco e resguardar bens, recursos e interesses brasileiros, no exterior, inclusive linhas de comunicação marítimas. [...]

AED-33 Incrementar a participação das Forças Armadas em exercícios operacionais com outros países. [...]

AED-35 Desenvolver capacidades de manter a segurança das linhas de comunicação marítimas onde houver interesses nacionais. [...]

ED-7 Emprego de ações diplomáticas relacionadas à defesa

Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao fortalecimento da confiança, ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação. Considera, adicionalmente, o relacionamento do Setor de Defesa com demais órgãos estatais e não-estatais e com a sociedade de outros países.

AED-36 Incrementar o relacionamento com o Setor de Defesa de outros países.

AED-37 Incrementar as ações de presença naval em apoio às ações de diplomacia. (BRASIL, 2016b, p. 36-37).

Por intermédio da cooperação militar brasileira com a CPLP, em face da importância do grande mar que une a Comunidade, a atuação da MB junto às demais Marinhas dos países-membros tem se constituído em um “braço” político-diplomático de peso, onde tem exercido papel preponderante, conforme as inúmeras ações; Operações Conjuntas – “FELINO”, além de outras Operações Navais Conjuntas de âmbito bilateral na CPLP; parcerias e possibilidades descritas por Faria (2016).

Da mesma forma, essa cooperação da MB contribui, sobretudo, para a manutenção de nossa soberania e preservação de nossos interesses nesse grande mar de quatro oceanos que banha a Comunidade, principalmente em nosso entorno estratégico – o Atlântico Sul, promovendo a conscientização por parte, tanto dos PALOP quanto do Timor-Leste, de que o fortalecimento de seus Setores de Defesa geram, da mesma forma que para o Brasil, dividendos importantes, como a segurança de suas rotas e áreas marítimas e a proteção de suas riquezas nelas contidas contra possíveis interesses de potências extrarregionais (destacando-se a presença permanente da Inglaterra e França no Atlântico Sul; o aumento significativo da presença chinesa em área lusófona e a arquitetura de sua estratégia para o mar, envolvendo os Continentes Americano e Africano) ou mesmo contra ações provenientes de ilícitos transnacionais, como a pirataria (a exemplo do recentes casos na costa da Guiné-Bissau) e o terrorismo em suas mais diferentes formas, em águas sob seus domínios.

Especificamente quanto ao “Oceano Moreno”, expressão batizada pelo Professor-Doutor Adriano Moreira, fica evidente que o Brasil necessita que seus vizinhos africanos, com destaque para os países-membros da CPLP, também estejam fortes militarmente, a fim de que possam contribuir para o fortalecimento da ZOPACAS cada vez mais, promovendo a defesa dos interesses comuns do bloco.

Nesse sentido, a CPLP contribui diretamente para a consecução do OND-3, por intermédio das ED-2 (AED-31; AED-33; e AED-35). e ED-7 (AED-36 e AED-37).

OND-5: CONTRIBUIR PARA A ESTABILIDADE REGIONAL E PARA A PAZ E A SEGURANÇA INTERNACIONAIS [...]

ED-13 Atuação em organismos internacionais

Trata da atuação do Brasil em foros e organizações internacionais e da participação das Forças Armadas e de contingentes policiais em missões humanitárias e de operações de paz sob o mandato de organismos multilaterais.

AED-50 Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais.

AED-52 Desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais. (BRASIL, 2016b, p. 39).

Também conforme já visto anteriormente, as Operações “FELINO”, que prevêm o emprego conjunto das Forças Armadas do bloco em Operações de Ajuda Humanitária e Desastres Naturais, apesar de ainda se constituírem de um Exército ao nível da CPLP, nada impede que, futuramente, com o aperfeiçoamento desse Exercício, bem como do aumento da capacidade defesa e do grau de adestramento das Forças Armadas dos países-membros, que um dia ela a CPLP venha a ser solicitada a constituir uma força capaz de ser empregada sob a égide da ONU para essa finalidade.

Da mesma forma, no campo político-diplomático, o Brasil também têm exercido papel fundamental, atuando como protagonista da própria CPLP e na projeção dessa Comunidade, principalmente, na participação proativa do bloco em Organismos e Fóruns Multilaterais, como na ONU, já que nosso País tem envidado esforços na reformulação da própria Organização, mesmo ainda longe de conseguir o objetivo de pertencer ao seu Conselho de Segurança.

Acima de tudo, os esforços da política externa e da diplomacia brasileira, no bojo das relações internacionais, mostram que, o bloco em si, possuindo uma roupagem de Megaestado, deve fortificar-se cada vez mais na busca pelos interesses comuns, o que, conseqüentemente, também contribui como relevante estratégia para os interesses brasileiros.

Nesse sentido, a CPLP contribui significativamente para a consecução do OND-5, por intermédio da ED-13 (AED-50 e AED-52).

[...] OND 6: CONTRIBUIR PARA O INCREMENTO DA PROJEÇÃO DO BRASIL NO CONCERTO DAS NAÇÕES E SUA INSERÇÃO EM PROCESSOS DECISÓRIOS INTERNACIONAIS

ED-14 Atuação com base no multilateralismo

Refere-se à atuação do Setor de Defesa em consonância com o posicionamento político do Brasil, no sentido de defender o princípio do multilateralismo nas relações internacionais, nas operações internacionais e nas ações de cooperação com outros países e organismos estrangeiros, de modo a ampliar a participação dos países na discussão de temas de interesse global, conferindo às decisões maior legitimidade.

AED-52 Desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais.

AED-53 Intensificar a atuação do Setor de Defesa em organismos internacionais.

ED-12 Promoção da cooperação internacional

Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação.

AED-47 Intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais.

AED- 48 Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países.

AED-49 Intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos plurilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa.

AED-50 Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais. (BRASIL, 2016b, p. 40).

Conforme já mencionado, a cooperação brasileira para com a CPLP tem se mostrado como uma estratégia de extremo valor de nossas diplomacia e política externa. Os traços culturais, étnicos e linguísticos comuns têm facilitado a perenidade de diversos Acordos e Projetos que, por sua vez, visam promover o intercâmbio e o desenvolvimento de cada nação em diversos setores, principalmente para os PALOP e o Timor-Leste (educação; saúde; ensino da língua portuguesa; segurança pública; agricultura; meio-ambiente; etc.), o que tem contribuído para a confiança e afirmação do protagonismo do País junto ao bloco.

O País tem trabalhado, utilizando a estratégia da cooperação para com a CPLP, a fim de conferir ao bloco um status de Megaestado capaz de se fazer presente e por demais fortalecido em si mesmo, em suas parcerias (bilaterais e multilaterais), junto aos Organismos Internacionais e, principalmente, junto ao concerto das nações, preservando a paz mundial, respeitando a não intervenção e a soberania dos países, o multilateralismo, contribuindo para o aumento da projeção internacional do Brasil em um ambiente globalizado e multipolar.

A contribuição da cooperação brasileira no âmbito da Defesa para com a CPLP é um retrato claro de cooperação internacional feita pelo Brasil, e que possui reflexos diretos em nossos interesses, por intermédio da fortalecimento cada vez maior da ZOPACAS, promovendo a preservação da paz no Atlântico Sul, e mantendo-a como zona livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa.

Complementarmente, além da Operação “FELINO”, o País também tem realizado outras Operações Internacionais de interesse da defesa, também a nível bilateral com os PALOP, conforme descrito por Faria (2016).

Nesse sentido, as justificativas que foram apresentadas para o potencial que a CPLP possui para contribuir para a consecução do OND-5, também se aplicam para o OND-6, por intermédio das ED-12 (AED-47; AED-48; AED-49 e AED-50) e ED-14 (AED-52 e AED-53), permitindo que o Brasil possa, cada vez mais, projetar-se no cenário internacional, bem como ter voz ativa nos processos decisórios internacionais.

OND-7: PROMOVER A AUTONOMIA PRODUTIVA E TECNOLÓGICA NA ÁREA DE DEFESA

ED-15 Promoção da sustentabilidade da cadeia produtiva da Base Industrial de Defesa [...] Trata de proporcionar condições de estabilidade às atividades de pesquisa, desenvolvimento, produção e venda de produtos de defesa brasileiros e de dar condições de sustentabilidade à cadeia produtiva, ainda que submetida a regimes legal, regulatório e tributário especiais.[...]AED-62 Promover as exportações da Base Industrial de Defesa.]AED-63 Promover o aumento de conteúdo local nos produtos da Base Industrial de Defesa ED- 16 Fortalecimento da Área de Ciência e Tecnologia de Defesa

Visa ao desenvolvimento e à solidez da área de CT&I em assuntos de defesa, promovendo a absorção, por parte da cadeia produtiva, de conhecimentos indispensáveis à redução gradativa da dependência de tecnologia externa. [...]AED-71 Estimular o estabelecimento de parcerias e intercâmbios na área de pesquisa de tecnologias de interesse da defesa.

AED-72 Utilizar encomendas tecnológicas para promover o aumento do conteúdo tecnológico nacional dos produtos de defesa. (BRASIL, 2016b, p. 41-42).

Conforme já verificado, a Cooperação no Setor de Defesa contribui para a promoção do desenvolvimento da Comunidade, uma vez que, mediante Acordos de Cooperação, estes possibilitam o incremento das Bases Industriais de Defesa, especialmente a brasileira, a qual, ultimamente, vem enfrentando certa estagnação, em consequência da crise política e econômica que nosso País vem enfrentando nos últimos anos.

A cooperação militar que vem sendo desenvolvida entre o Brasil e a CPLP já vem mostrando sinais de potencialidade e esperança que a Comunidade pode oferecer para a retomada do crescimento do segmento industrial brasileiro, com destaque para o Setor Naval, ainda que de forma insipiente, com a eventual aquisição de lanchas e navios-patrolha de pequeno porte por parte dos PALOP e do Timor-Leste.

Adicionalmente, o potencial de exportação de produtos de defesa encontra um universo bastante promissor junto à CPLP. A própria presença de um Capitão de Mar e Guerra (CMG) da MB, que atualmente exerce a função de Assessor do Ministro da Defesa Timorense, para a implantação da Autoridade Marítima, também se mostra, de forma concreta, em um vetor estratégico para possibilidades futuras para o setor naval daquele país, uma vez que sua Componente Naval ainda encontram-se em processo de formação; além dos Setores de Defesa dos PALOP, que podem se apresentar como potenciais compradores, principalmente para suas Marinhas, que também são muito jovens e encontram-se em processo de formação.

Da mesma forma, o Arco do Conhecimento¹³ definido pelo Ministério da Defesa também inclui a região asiática como pólo de extrema importância no que diz respeito à oportunidades comerciais para Produtos de Defesa (PRODE) e, conseqüentemente, na busca e aquisição por novas tecnologias.

E essa intensificação da cooperação militar do Brasil com o Timor-Leste pode consolidar uma presença mais efetiva do Brasil naquele Continente, por meio da CPLP, que já possui um fator de força, através da ligação da Comunidade com a Região Administrativa Especial de Macau, facilitando ainda mais a entrada brasileira na Ásia, através da RPC, com a qual o Brasil possui um estreito relacionamento.

Nesse sentido, a CPLP possui real potencial para constituir-se em um braço estendido da presença brasileira na Europa, África e Ásia, podendo contribuir para a consecução do OND-7, por intermédio das ED-15 (AED-62 e AED-62) e ED-16 (AED-71 e AED-72).

OND-8: AMPLIAR O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ASSUNTOS DE DEFESA NACIONAL

ED-17 Promoção da temática de defesa na educação

Refere-se às ações que têm por objetivo estimular a discussão sobre Defesa Nacional nas atividades educacionais do País, nos diversos níveis, promovendo maior conscientização sobre a importância do tema.

AED-75 Buscar a inserção da temática de defesa no sistema de educação nacional.

AED-76 Realizar, promover e incentivar atividades de ensino relacionadas aos temas de Defesa Nacional. [...]

AED-78 Apoiar as iniciativas no sentido de reconhecer o tema defesa como subárea de conhecimento junto às agências de fomento de pós-graduação. [...]

ED-18 Emprego da Comunicação Social

Trata das ações com vistas à interação do Setor de Defesa com a sociedade, possibilitando aos cidadãos brasileiros tomar conhecimento das atividades desempenhadas pelo

13 Disponível em: <<https://bit.ly/2KIQwcs>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, promovendo uma imagem fidedigna, real e legítima dessas organizações.

AED-80 Desenvolver o planejamento de atividades de promoção institucional.

AED-81 Promover a visibilidade às ações do Setor de Defesa como fator de esclarecimento de tomadores de decisão e da opinião pública sobre os assuntos de defesa. (BRASIL, 2016b, p. 42-43).

No dia 11 de maio de 2017, foi assinado o parecer que torna oficial a decisão de oferecer o estudo da Defesa nas Universidades e Institutos de Ensino Superior do Brasil (BRASIL, 2017a). Essa formalização permitirá que essa área de conhecimento faça parte da formação de especialistas civis e militares, reforçando, ainda mais, nosso meio acadêmico, o estímulo aos estudos por assuntos da defesa nacional, não apenas em Instituições Militares de Ensino, como já de fato ocorre, mas também nas Instituições Civis, despertando o interesse dos jovens e ampliando seus conhecimentos em temas de suma importância relacionados com as nossas PND e END.

Assim sendo, consideramos que a CPLP fará parte desses estudos, o que também proporcionará uma maior visibilidade ao bloco, bem como permitirá que nossa sociedade tome conhecimento das arquiteturas político-estratégicas que o Brasil procura construir, além de tomar conhecimento das atividades desempenhadas pelo nosso Ministério da Defesa e por nossas Forças Armadas, a exemplo das explicações anteriormente mencionadas sobre o papel da CPLP e suas relações com os OND I, II, III, V, VI e VII, contribuindo para que o País tenha uma maior presença no cenário internacional e permaneça na busca constante pela defesa de seus interesses.

Nesse sentido, a CPLP também possui real potencial para contribuir com a consecução do OND-8, por intermédio das ED-17 (AED-62 e AED-62) e ED-168 (AED-71 e AED-72).

4 Conclusão

O mundo globalizado dos dias de hoje tem nos mostrado que esse processo, apesar de já existir desde a época das grandes navegações, tem passado por fenomenais transformações, principalmente em consequência das evoluções tecnológicas, as quais vem aproximando o mundo cada vez mais. Mas, acima de tudo, a globalização tem guardado em si uma relação de poder cada vez maior das grandes potências sobre os países em desenvolvimento, não apenas sob o ponto de vista econômico, mas também quanto aos aspectos culturais, políticos e financeiros.

O fim da Guerra Fria, de fato, marcou o encerramento da bipolaridade ideológica entre ocidente e oriente, impulsionando a ascensão dos EUA como potência econômica e militar, bem como a prevalência do capitalismo sobre o socialismo. E um novo ordenamento mundial, à época, de forma unipolar, passou a ser estabelecido e conduzido pelos norte-americanos, onde, até hoje, estes sempre procuram implementar estratégias que venham a atender aos seus interesses, apesar da crescente influência de novos e poderosos atores no cenário global, a exemplo da China.

O surgimento de regionalizações/parcerias e a conseqüente formação de blocos entre os países menos industrializados, a partir da década de 90, de fato proporcionou um contrapeso à dominação imposta aos países em desenvolvimento, capitaneada pelos EUA, juntamente com os países de economias mais fortes, onde foram criados espécies de Megaestados capazes de tentar sobreviver às terríveis conseqüências impostas pela globalização, onde a capacidade de penetração dos países mais fortes junto aos mais fracos é totalmente inexorável, gerando uma relação de dependência involuntária ao processo globalizante como um todo. E com essa estratégia, esses Megaestados, de fato, passaram a assumir uma postura política de maior peso, não somente por intermédio de suas parcerias bilaterais/multilaterais, mas também em Fóruns e Organismos Internacionais, garantindo a defesa de seus interesses, mesmo que de forma indireta, onde também têm conseguido fazer frente, principalmente nos dias de hoje, à economia norte-americana dominante, mostrando que a multipolaridade é que deve prevalecer.

O perfeito entendimento brasileiro ao dinamismo que a globalização lhe proporcionava também o fez estabelecer parcerias e blocos regionais e internacionais com países sulamericanos, africanos e asiáticos. E dentro dessa linha de pensamento estratégico, percebeu que os alicerces históricos, linguísticos, étnicos e culturais com os mais de 230 milhões de habitantes dos países de língua portuguesa também poderiam constituir-se em uma plataforma para o surgimento de uma Comunidade, um Megaestado, capaz de atuar de forma estratégica e de interesse nacional, o que de fato veio a ocorrer, em 1996, com a criação da CPLP.

Apesar do imenso espaço geográfico que envolve os países-membros da CPLP (4 continentes e 3 oceanos), hoje, todas as transformações advindas da globalização já permitem encurtar distâncias e aproximar os países cada vez mais. No entanto, foi verificado que o estágio de globalização da Comunidade não se encontra distribuído de maneira uniforme, principalmente para com os PALOP e para com o Timor-Leste, os quais ainda carecem de investimento e desenvolvimento.

No caso da CPLP, foi verificado, também, que o viés econômico não se mostrou como motivo principal para a constituição do bloco, apesar de guardar perspectivas futuras promissoras em diversos setores, onde o Brasil tem procurado acompanhar, por intermédio da internacionalização de suas empresas, além de Acordos Comerciais Bilaterais, Multilaterais e de Cooperação.

Corroborando esse entendimento, a arquitetura política do bloco junto aos Organismos Internacionais, a exemplo da OMC, tem conferido ao País significativos ganhos, que têm contribuído para o desenvolvimento de setores importantes de nossa economia, a exemplo do setor agrícola, o que também tem, por conseqüência, proporcionado ganhos aos países em desenvolvimento. Da mesma forma, o interesse brasileiro de projeção no cenário internacional, fazendo-se valer da própria projeção da Comunidade, mostra-se como importante alicerce na participação mais proativa do Brasil e, conseqüentemente, do bloco, também junto à ONU, já que nosso País tem envidado esforços na reformulação da própria Organização, mesmo ainda longe de conseguir o objetivo de pertencer ao seu Conselho de Segurança.

O universo marítimo que banha a CPLP também demonstrou guardar em si uma importância peculiar, não apenas por envolver áreas do entorno estratégico brasileiro, como o Atlântico Sul, mas é mister destacar que, em face dos eventuais interesses externos de acesso às matérias-primas e aos recursos naturais nessa vasta área marítima, bem como às ameaças de possíveis ilícitos transnacionais, todos já previamente mencionados, e que podem interferir na soberania dos Países da Comunidade, os aspectos ligados à Defesa e à Segurança tornam-se por demais importantes. Nesse sentido, apesar de o Brasil, seguido de Portugal, estarem bem mais à frente, militarmente falando, a atual capacidade de defesa dos países-membros (principalmente os PALOP e Timor-Leste) para fazer frente a essas eventuais ameaças e interesses ainda é muito aquém das existentes em países desenvolvidos e carece imensamente de incrementos de meios, sistemas, tecnologia, adestramento, formação de pessoal, infraestrutura, maior interoperabilidade e, principalmente, investimento por parte dos governos.

Complementarmente, destaca-se que uma possível alteração geopolítica no universo marítimo da CPLP, especialmente na região do Atlântico Sul, pode vir a se concretizar futuramente, em face dos EUA estarem deslocando seu eixo maior de preocupações para a Região Ásia-Pacífico; devido ao emprego do *soft power* chinês, e sua aproximação cada vez maior com a América Latina e com a África, por intermédio de seus investimentos em infraestruturas em diversos países, além da estratégia marítima chinesa de expansão, presença e acesso às matérias-primas e recursos naturais de seu interesse junto a esses mercados; bem como as perspectivas tecnológicas para os imensos navios de grande porte (*New Panamax* e *Triple-E*), que poderão provocar um novo ordenamento internacional para o transporte marítimo de mercadorias, além de trazer consigo um potencial aumento da pirataria em áreas focais.

De certo que, independentemente das estratégias que as grandes potências econômicas e militares venham a adotar, sejam elas chinesas ou norte-americanas, ou mesmo as advindas da presença europeia permanente no Atlântico Sul, e mesmo pelo fato de nosso País ser de cunho pacífico, além de possuir grandes parcerias com esses países, especialmente com a China (BRICS), o Brasil deve entender que a CPLP pode desempenhar um papel importante como plataforma estratégica aos interesses nacionais, especialmente para o fortalecimento da ZOPACAS.

No âmbito das relações internacionais, diante desse mundo globalizado, pós-Guerra Fria, e que foi a tônica deste trabalho, a atuação brasileira no seio da CPLP tem se mostrado cada vez mais presente, conforme estabelecido em nossa PND, o que tem conferido ao Brasil o papel de país protagonista do bloco. A atuação político-diplomática e o senso de cooperação mútua têm sido a estratégia empregada pelo governo brasileiro para com a CPLP, o que lhe tem permitido identificar potencialidades que o bloco possa vir a oferecer para a consecução de seus OND mencionados na END.

Nesse sentido, a cooperação brasileira com a Comunidade, especialmente no âmbito da Defesa, com destaque especial para a MB, tem demonstrado, sim, que a CPLP se apresenta, de fato, como bloco em potencial para consecução dos nossos OND mencionados na END, pois, levando-se em consideração a confrontação e a análise evidenciadas, foram apresentados diversos elementos que justificam a importância da Comunidade para o Brasil. Em termos matemáticos, inclusive, verificou-se que a CPLP contribui para o atingimento, direta ou indiretamente, de 7 dos 8 OND, equivalendo a um significativo percentual de 87,5%.

Por fim, diante de todos os aspectos ora mencionados, o Brasil deve preparar-se cada vez mais para os desafios do século XXI provocados pela constante evolução do processo de globalização e seus efeitos assimétricos de poder. Assim, com a CPLP, nosso País pode e deve ampliar o relacionamento com essa potencial plataforma estratégica de defesa nacional, mais do que nunca, dando a devida importância na continuidade e no aperfeiçoamento da cooperação já existente no âmbito da Defesa com os países-membros do bloco, especialmente junto aos “Mares da Lusofonia”, pois, conforme menciona Amorim (2016, p. 308):

Contrariamente a expectativas infundadas que estiveram em voga após o fim da Guerra Fria, a geopolítica não foi superada na vida internacional. Lamentavelmente, a paz perpétua imaginada por Immanuel Kant não se tornou ainda uma realidade.

Referências

- ALBUQUERQUE, E. S. A geopolítica da dependência como estratégia brasileira de inserção no Sistema Internacional. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 67-82, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2LoFYie>>. Acesso em: 7 abr. 2017.
- ALDEIA GLOBAL. *In*: DICIONÁRIO InFormal. [S. l.]: Dicionário InFormal, 27 fev. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2RDlaEE>>. Acesso em: 7 maio 2017.
- ALMEIDA, K. S. **A comunidade dos países de língua portuguesa: os benefícios e as ações de natureza estratégica do Brasil sob o ponto de vista da Teoria dos Jogos**. 2003. 244 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2003.
- AMORIM, C. **A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão do Ministério da Defesa (2011-2014)**. Brasília, DF: Fundag, 2016.
- AZEVEDO, B. S. Desenvolvimento econômico. **Trabalhos Gratuitos**, [s. l.], 4 maio 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/31TAjq2>>. Acesso em: 7 maio 2017.
- BERNARDINO, L. M. B. A segurança marítima no seio da CPLP: contributos para uma estratégia nos mares da lusofonia. **Nação e Defesa**, Lisboa, n. 128, p. 41-65, 2011. 5ª série. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZV6yDh>>. Acesso em: 31 mar. 2017.
- BERNARDINO, L. M. B. **Uma nova visão estratégica da defesa para a CPLP**. Lisboa: CEI, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2LqadoD>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- BEZERRA, J. Brics. **Toda Matéria**, [s. l.], 10 jan. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2XaiioA>>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 5 out. 1988. Disponível em: <<https://bit.ly/1bJYlGL>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016a. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, Art. 9º, § 3º). Disponível em: <<https://bit.ly/2RFpMdy>>. Acesso em: 28 mar. 2017.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016b. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, Art. 9º, § 3º). Disponível em: <<https://bit.ly/2UdeBby>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 64, de 8 de novembro de 2016. Aprova a Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI). **Diário Oficial [da] União**: seção 1, Brasília, DF, 8 nov. 2016c.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. Instituições de ensino poderão incluir temas da Estratégia de Defesa em seus currículos. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 11 maio 2017a. Disponível em: <<https://bit.ly/2J4724p>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Zona de paz e cooperação do Atlântico Sul**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2017b. Disponível em: <<https://bit.ly/2YrvvGb>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CABRAL, S. **Brasil megaestado**: nova ordem mundial multipolar. Rio de Janeiro: Contraponto; Faperj, 2004.

CANAL da Nicarágua: a peça chave do plano de expansão da China. **Epoch Times**, New York, 19 fev. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2YjOnae>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

CARDIM, C. H.; CRUZ, J. B. (org.). **CPLP: oportunidades e perspectivas**. Brasília, DF: Fundag, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2xsLQys>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

CAULYT, F. Brasil é um dos mais ativos na OMC e ampliou mercados em 20 anos. **DW Brasil**, [s. l.], 16 abr. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2SOU8KI>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

COSTA, D.; SILVA, F. C. T. **Mundo latino e mundialização**. Rio de Janeiro: Faperj; Mauad, 2004.

DIAS, I. M. T. O Brasil e a cooperação Sul-Sul e triangular na CPLP: reflexões sobre o Brasil como promotor do desenvolvimento à luz da Teoria dos Papéis. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 5., 29-31 jul. 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Abri, 2015. Análise de Política Externa. Disponível em: <<https://bit.ly/2KGC0lf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

FARIA, E. P. A cooperação da Marinha do Brasil com as demais marinhas da CPLP. *In*: SEMINÁRIO A COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA ENTRE AS FORÇAS ARMADAS DA CPLP, 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro. Escola de Guerra Naval, 2016.

G7. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2019]. Disponível em: <<https://bit.ly/2vKQW9T>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

GALA, I. Os pilares de atuação da CPLP e os interesses do Brasil. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, DF, 2011?. Disponível em: <<https://bit.ly/2YuJScO>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

MOREIRA, A. Portugal e a geopolítica da interculturalidade. *In*: LAGES, M. F.; MATOS, A. T. (coord.). **Portugal: percurso de interculturalidade**. Lisboa: Acidi, 2008. p. 292-338. (Desafio à Identidade, 4). Disponível em: <<https://bit.ly/2KFXfUj>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MOTA, M. V. P. C. **Brasil, Portugal e a CPLP: possíveis estratégias internacionais no século XXI**. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2FBGXrE>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

OLIVEIRA, C. A. A CPLP como instrumento de Política Externa brasileira e de desenvolvimento para os PALOP. **Revista Perspectiva**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 31-53, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2RDsd04>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

PANAMAX and new Panamax. **Maritime Conector**, Rijeka, 28 jun. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/31We5DV>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

SANTOS, J. C. **Dimensões da globalização**. Rio de Janeiro: Cebres, 2000.

SANTOS, M. Política externa pode ser ferramenta poderosa em momentos de crise. **R7**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2JgkCAC>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

SARAIVA, J. F. S. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – (CPLP) Solidariedade e Ação Política**. Brasília: IBRI, 2001. 203 p.

SARAIVA, J. F. S. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília, DF: Funag, 2015.

SOARES, C. M. **Diretriz área internacional em defesa**. Destinatário: Flávio de Jesus Costa. [S. l.], 18 abr. 2017. 1 *e-mail*.

VELOSO, I. O Fórum Macau e a CPLP nas estratégias de Cooperação Sul-Sul da China e do Brasil na África. **Perspectivas**, São Paulo, v. 45, p. 41-62, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2LnYRl3>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.